

AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS DA REDE PARTICULAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE GUANAMBI -BAHIA SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE

*Jany Rodrigues Prado*¹
UNEB/UESB1

*Renata Pereira Boa Sorte*²
UNEB

Resumo: Este artigo constitui-se um recorte da pesquisa de conclusão de curso intitulada As percepções de professoras da rede particular de ensino da educação básica de Guanambi-Bahia sobre suas condições de trabalho docente. Tal pesquisa está ancorada na abordagem qualitativa, na qual buscamos compreender quais são as percepções das professoras da escola particular de Guanambi -Bahia referentes às suas condições de trabalho docente, tendo em vista as percepções de seis professoras de escolas particulares deste município. Para auxiliar na discussão, utilizamos autores de referência na temática “condições de trabalho docente” e também o que aborda a legislação brasileira. Para alcançar o objetivo deste estudo, foram utilizados como instrumentos para coleta de dados uma entrevista com seis professoras de escolas particulares. Como principais achados, este estudo aponta para a necessidade de melhores condições de trabalho para as professoras de algumas escolas particulares, condições essas que se referem a melhor salário, jornada de trabalho sem extrapolar a carga horária pela qual foi contratada, incentivo à formação continuada, entre outras questões. Além disso, destaca-se que a Lei do Piso Nacional do professor não ampara a classe de professores de escolas particulares, visando apenas a professores da rede pública, vê-se então, a necessidade do apoio da legislação brasileira aos professores de escolas particulares.

Palavras chave: Condição de Trabalho Docente. Escola Particular. Percepções.

1 INTRODUÇÃO

¹ Professora orientadora deste estudo que atua na Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII*. Mestra em Educação pela Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB. Coordenadora da educação básica da rede municipal de ensino de Guanambi-Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT) e do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE). E-mail: janyrprado@yahoo.com.br

² Professora da Educação Básica. Graduada do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII*. Membro do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE). E-mail: renata.boasorte@hotmail.com

Há três anos atuo como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) em escola particular e atuei em uma escola pública como Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID, também nos anos iniciais do EF, no período de um ano e meio. Com a minha trajetória nas duas redes de ensino, aprendi e pude perceber muita discrepância entre a escola pública e a escola particular no que diz respeito às condições de trabalho docente, fatores que as favorecem ou não.

Nesse contexto, surgiu o desejo de investigar as condições de trabalho docente visando conhecer o que a legislação brasileira propõe a respeito das atividades que devem ser desenvolvidas pelo professor e quais devem ser as suas condições de trabalho. Nesse viés, pude identificar o que está previsto na legislação e o que de fato acontece no âmbito escolar da rede particular de ensino de Guanambi com base nos dados coletados da pesquisa.

Ademais, no decorrer da minha trajetória acadêmica percebi que o curso de Pedagogia dá preferência para os estudos voltados para escola da rede pública de ensino da educação básica, sendo que muitos docentes iniciam sua carreira na rede particular de ensino, por não conseguirem adentrar numa instituição de ensino público com a mesma facilidade. Além disso, não há registros no site da biblioteca da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XII*, de trabalhos de conclusão de curso, datados e registrados do ano de 2011 à 2015, que tragam como tema as condições de trabalho docente na rede particular de ensino.

Nesse sentido, acredito que as discussões deste artigo serão relevantes para os estudantes do curso de Pedagogia, levando em conta o ingresso dos futuros docentes na educação básica em escolas particulares. Também tem importância para os já atuantes na rede particular de ensino, pois foram reveladas percepções de algumas professoras que desenvolvem suas atividades laborais na rede particular, que podem ajudar o professor a melhor compreender as condições de trabalho docente deste grupo de profissionais.

Neste texto, que se constitui um recorte da pesquisa de conclusão de curso intitulada “As percepções de professoras da rede particular de ensino da educação básica de Guanambi-Bahia sobre suas condições de trabalho docente”, desenvolvida no ano de 2018, apresentamos as percepções que as professoras da rede particular de Guanambi-BA atribuem as suas condições de trabalho, enfatizando a jornada de trabalho e remuneração.

Este estudo busca responder à questão norteadora: quais são as percepções dos professores da escola particular de Guanambi-Bahia referentes às suas condições de trabalho docente?

O objetivo deste trabalho é compreender quais são as percepções dos professores da escola particular de Guanambi-Bahia referentes às suas condições de trabalho docente. Como desdobramento do objetivo principal, são elencados os seguintes objetivos específicos: compreender o conceito de condições de trabalho docente; discutir o que a legislação brasileira propõe sobre as condições de trabalho docente; e analisar as condições de trabalho docente de alguns professores da Educação Básica da rede particular de Guanambi-Ba, a partir de suas percepções.

Como aporte teórico, as discussões encontram-se ancoradas em estudiosos que tratam sobre condições de trabalho docente, como Oliveira e Vieira (2012); Brito (2012); Macêdo e Neto (2013).

Buscando alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados um questionário, a fim de traçar o perfil das professoras participantes que lecionam nos anos iniciais da Educação Básica, mais especificamente Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Realizamos também a entrevista semiestruturada, para que por meio de suas falas pudéssemos conhecer quais percepções essas professoras têm sobre as suas condições de trabalho nas respectivas escolas particulares em que desenvolvem suas atividades docentes.

É importante destacar que a concepção de condições de trabalho docente que embasa este estudo encontra-se ancorada em Oliveira e Vieira, quando afirmam que essas condições dizem respeito

à divisão de tarefas e responsabilidades, a jornada de trabalho, os recursos materiais disponíveis para o desempenho das atividades, os tempos e espaços para realização do trabalho, até as formas de avaliação de desempenho, horários de aula, procedimentos didático-metodológicos, admissão e administração das carreiras docentes, condições de remuneração, entre outras. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 157)

Dentro dessas perspectivas, destaca-se a desvalorização docente no quesito salarial, no reconhecimento profissional, na progressão na carreira, entre outras questões. Portanto, exige-se muito e valoriza-se pouco. Essa afirmativa surge das notícias constantes circulando pela mídia e dos resultados alcançados por meio dessa pesquisa.

O texto deste artigo está dividido em duas seções, além da parte introdutória e das considerações finais. A primeira delas traz o percurso metodológico. E a segunda, as

percepções de cada professora entrevistada sobre sua remuneração e jornada de trabalho. Na seção, que traz os dados empíricos, acontece um diálogo com a literatura pertinente, para tanto acontece o estudo de cunho bibliográfico que reflete olhares de diferentes autores e aborda também a legislação brasileira sobre as condições de trabalho docente.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa qualitativa busca o contato direto do pesquisador com o fenômeno a ser estudado, reflete uma espécie de diálogo entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados, negando assim a neutralidade na pesquisa. Dessa forma, o contato direto com as participantes possibilitou a análise de suas percepções acerca de suas condições de trabalho docente.

Com o intuito de analisar as condições de trabalho docente dos professores da Educação Básica da rede particular de Guanambi-Ba a partir de suas percepções, foi realizada uma entrevista com professoras em exercício docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas particulares distintas da cidade de Guanambi.

A pesquisa foi apresentada pela pesquisadora, inicialmente, para duas professoras dos anos iniciais do EF de escolas da rede particular. Essa apresentação foi realizada de maneira informal pela pesquisadora, e assim as professoras foram apresentando a pesquisa para outras professoras da educação básica, que foram se identificando com a pesquisa e se propuseram a participar, procurando a pesquisadora. Totalizando assim seis sujeitos participantes deste estudo.

O processo de inserção nesta pesquisa, por parte das professoras foi voluntário e se deu por adesão. Após serem informadas sobre os objetivos e os procedimentos da investigação, cada uma delas assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, confirmando sua participação. . O quadro a seguir sintetiza o perfil dessas participantes.

Quadro 1: Perfil das participantes da pesquisa

PROFESSORA	CARACTERÍSTICAS DAS PARTICIPANTES
------------	-----------------------------------

Ivana	Graduada em Pedagogia. Há 10 anos atua como professora da rede particular. Trabalha vinte horas semanais dentro da sala de aula. Já lecionou em escola pública, mas atualmente trabalha apenas na particular. Possui carteira assinada e recebe como remuneração o valor entre um salário mínimo e mil e cem reais.
Tereza	Graduada em Pedagogia. Iniciou sua atuação como professora este ano. Trabalha na Educação Infantil. Trabalha vinte horas semanais dentro da sala de aula. Possui carteira assinada e recebe um salário mínimo como remuneração mensal.
Joana	Graduada em Pedagogia. Há 21 anos atua como professora da escola particular, passando por sete escolas diferentes. Trabalha quarenta horas na sala de aula. Possui carteira assinada e recebe como remuneração o valor entre mil e setecentos reais e dois mil reais.
Janete	Graduada em Pedagogia. Há quatro anos atua como professora, sendo esses quatro anos em duas escolas particulares. Não possui carteira assinada e nem mesmo um contrato. Recebe setecentos reais como salário mensal.
Laura	Graduada em Pedagogia. Há 1 ano atua como professora de escola particular. Sempre trabalhou com Ensino Fundamental. Possui um contrato informal com a instituição onde trabalha. Recebe menos que um salário mínimo como remuneração mensal.
Keila	Graduada em Pedagogia. Há dez anos atua como professora de escola particular. Sempre trabalhou com Ensino Fundamental. Trabalha quarenta horas na sala de aula. Possui carteira assinada. Recebe quase três mil e quinhentos reais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na tentativa de identificar os conteúdos presentes nas entrevistas, realizei as transcrições e posteriormente a leitura flutuante. Assim foi possível perceber que alguns temas se fizeram recorrentes nas falas das professoras, constituindo assim alguns eixos de discussão, os quais denominei de percepções.

3 PERCEPÇÕES DE ALGUMAS PROFESSORAS: JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

A cidade de Guanambi - Bahia possui oito escolas da rede particular que atendem a Educação Básica. É um tipo de mercado que acolhe o profissional da educação, os professores, que em grande maioria adentram neste ambiente por ser a primeira oportunidade de trabalho que conseguem. Nesse sentido, a escola da rede particular dá oportunidade para o profissional, além de ter um emprego, vivenciar a articulação teoria e prática no ato de lecionar. Caso contrário, como seria a vida de tantos docentes recém-formados, ou ainda os que já têm algum tempo de graduação, mas não conseguem passar em um concurso público?

É sabido que a escola particular, em contraste à escola pública, não faz parte dos serviços públicos do Estado e é organizada por uma instituição privada com vistas a obter lucros. Em sua organização, busca constantemente por professores capacitados, que atendam às exigências da instituição e ofereçam através da sua prática um ensino no qual o resultado seja a aprendizagem dos alunos. Assim sendo, nota-se que se o professor não se enquadrar nos padrões educacionais da instituição será substituído por outro que consiga atender às demandas exigidas.

Além disso, a escola particular, diferentemente da pública, atende um público de classe financeira mais favorecida que pode investir mais financeiramente nos estudos do filho, que possui um maior capital econômico e cultural, facilitando assim o acesso do professor a materiais, tanto em questões de quantidade quanto de qualidade. No que tange ao espaço físico, geralmente possuem uma boa infra-estrutura. Kimura (2008) afirma que a existência e o consequente acesso a condições de infraestrutura são considerados pelos próprios professores das escolas como um importante aspecto para o desenvolvimento de seu trabalho. Portanto, percebem-se alguns diferenciais da escola particular que vêm a auxiliar o professor em sala de aula.

Em contrapartida, apesar de o professor ter que apresentar um trabalho de qualidade, que atenda às demandas de todos os alunos e as exigências da própria profissão e da escola,

destaca-se a não valorização salarial desse profissional. Por mais que a Lei do Piso Nacional do Professor, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008) não determine um piso salarial nacional para o professor da rede particular, este profissional deveria ser remunerado da mesma forma do que o da rede pública, já que sua jornada de trabalho é bem maior e suas Atividades Complementares (AC) são realizadas em horários a parte.

Assim sendo, para que o professor exerça suas funções de forma satisfatória, tanto em relação aos resultados de aprendizagem dos alunos como no seu bem estar, no que se refere a sua satisfação com as atividades inerentes à profissão, é preciso que esse professor possa ter pelo menos, as condições preestabelecidas pela legislação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394 de 1996, assegura no seu artigo 67 que as instituições de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação levando em conta o plano de carreira, piso salarial, respeito, capacitação dentre outros aspectos que exigem boas condições de trabalho:

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996, p. 27)

Sobre as questões relacionadas à remuneração e a jornada de trabalho, as participantes desta pesquisa apresentam suas percepções a partir da experiência profissional vivenciada na escola onde Ivana e Tereza atua:

Sei que a Lei do Piso Nacional do professor já não é cem por cento garantida na escola pública, veja lá na escola particular. Em relação à carga horária e remuneração, são fatores muito pesados na rede privada, pois não há remuneração compatível com o nosso trabalho. Para se ter uma ideia, realizo meu planejamento em casa em “horários de folga” para conseguir realizar tudo que me é cobrado. Sou revoltada com o salário que recebo, com curso superior e pós graduada a sociedade não oferece emprego para minha sobrevivência digna. É muito triste ter estudado tanto para ter uma vida melhor, em vários aspectos e de nada adiantou. (IVANA, ENTREVISTA, 2018)

A minha jornada de trabalho excede, e excede muito, e não há remuneração nenhuma pelo tempo que excede. As atividades que realizamos vai além do que é da responsabilidade do professor e que nos sobrecarrega e ultrapassa a nossa carga horário. O meu planejamento é realizado no turno oposto, tenho apenas uma hora, na qual já levo o planejamento pronto, só mesmo para a coordenadora dar uma olhada. E não sou remunerada por esse tempo. (TEREZA, ENTREVISTA, 2018)

Sabe-se da necessidade do professor dentro da escola, é inevitável a sua presença no âmbito educacional, pois é sujeito ativo na participação da formação de um sujeito da práxis. Portanto, pode-se destacar a importância desse profissional para que ocorra a educação no âmbito escolar. No entanto, é notável a não valorização do professor, e é possível perceber isso por meio das falas das professoras Ivana e Tereza, principalmente quando abordam as condições de trabalho oferecidas para que sejam realizadas suas atividades dentro e fora da sala de aula.

“Em certa medida, é possível que as condições de trabalho são determinadas (...) mais especificamente às condições de emprego, ou seja, formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade.” (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012 p. 156). Condição de trabalho docente que está intimamente ligada ao tema da valorização desse profissional (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012), nesse caso vinculada à valorização salarial, de carreira e social.

As professoras Janete e Laura reafirmam as más condições de trabalho a que alguns professores são sujeitados, inclusive elas. Falam sobre suas jornadas de trabalho, com base no planejamento, nas correções de atividades, entre outras atividades que são realizadas por elas, mas que não são remuneradas.

A minha carga horária me sobrecarrega demais, levando tarefas para casa, confecção de lembrancinhas e painéis. Acredito que deveria ter uma pessoa responsável por isso, já que é uma lembrancinha para toda e qualquer data comemorativa. A minha carga horária excede e muito comparando com o que está na Lei do Piso. Trabalho muitas horas a mais do que as vinte horas fechadas da sala de aula. Na outra escola particular que trabalhei também não era remunerada por essas horas extras. (JANETE, ENTREVISTA, 2018).

Sobre o planejamento que faço para minhas aulas, tenho que fazer tudo em casa porque na escola só tem uma hora/aula por semana que a escola

dá para que eu faça meu planejamento. (risos) esse tempo não é suficiente para planejar atividades. Utilizo esse tempo mais para organizar os cadernos e materiais dos alunos. E o tempo que planejo em casa, fica por isso mesmo, não sou remunerada pelo tempo excedido. (LAURA, ENTREVISTA, 2018).

A partir dessas falas nota-se que há uma discrepância muito grande em relação à carga horária estipulada na Lei do Piso Salarial, que preconiza que o docente deve estar em contato direto com o aluno apenas 2/3 da sua carga horária e 1/3 para Atividades Complementares. É perceptível o descontentamento dessas professoras com o tipo de trabalho que são submetidas, apesar disso, aceitam essas condições oferecidas pelas empresas por não conseguirem outra oportunidade melhor.

No entanto, há escolas da rede particular de Guanambi que garantem melhores condições para o professorado, conforme evidenciam as falas de duas das seis participantes desta pesquisa. Uma dessas professoras afirma que

a escola não segue criteriosamente a Lei do piso salarial, no entanto remunera de acordo ela pode as horas extras de planejamento e eventos que participamos. Tudo esta de acordo entre o financeiro e o pedagógico. Tenho planejamento quinzenal que atende as minhas necessidades pedagógicas. (JOANA, ENTREVISTA, 2018).

A participante Joana demonstrou, por meio das suas respostas, satisfação com o trabalho realizado em parceria com a instituição de ensino particular que atua, apesar de que as condições oferecidas para realização do seu trabalho não sejam condizentes com as preconizadas pela Lei do Piso. Mas a participante Keila, que também demonstrou satisfação com sua remuneração e jornada de trabalho apresenta fatos que vão ao encontro do que determina a Lei. Ela diz que

apesar de ficar praticamente quarenta horas em contato direto com o aluno e planejar minhas aulas em outros horários, além dessas quarenta horas, sou totalmente remunerada por essas horas. Dizem que eles pagam de acordo a Lei, mas eu particularmente nunca parei para estudar sobre essa Lei, mas agora com essas informações que você está me passando vejo que esta de acordo a Lei sim. (KEILA, ENTREVISTA, 2018).

Das seis professoras entrevistadas, apenas uma sabia sobre do que se trata a Lei do Piso Salarial do professor, as outras já tinham ouvido falar ou sabiam algo superficialmente. Depois de conhecer mais sobre essa Lei, com a participação nesta pesquisa, a maioria delas demonstrou ficar indignada, ao comparar as condições de trabalho que têm e que deveriam ter. As professoras dentro desse contexto de expropriação dos seus direitos e de desvalorização de sua carreira sentem-se angustiadas e preocupadas com a sua profissão.

“Considerando a importância inerente ao trabalho educativo, é necessário valorizar esse profissional para que se constitua uma profissionalização justa para os docentes e que seja reconhecida socialmente” (BRITO, 2012, p. 206). Nesse viés, é preciso que as instituições de ensino particular obedeçam também a Lei do Piso.

Nesse sentido, “a legislação brasileira revela a tomada de consciência de amplos setores da sociedade sobre a contradição existente entre a necessidade de uma educação de qualidade e a desvalorização profissional vivenciada pelos professores” (BRITO, 2012, p. 191). Vale ressaltar, que ainda que exista a Lei, infere-se que ela não é cumprida com exatidão pelas instituições de ensino, tanto no âmbito de educação particular como público.

Partindo dessa premissa, pode-se deduzir que o educador da escola particular, por não haver uma lei regida exclusivamente para sua atuação, por não haver uma fiscalização das condições desses trabalhadores, fica à mercê das condições que lhe são oferecidas que se referem à forma como está organizado esse trabalho na instituição de ensino onde desenvolve suas atividades laborais.

Tais condições compreendem aspectos relativos à forma como o trabalho está organizado, ou seja, a divisão das tarefas e responsabilidades, a jornada de trabalho, os recursos materiais disponíveis para o desempenho das atividades, os tempos e espaço para a realização do trabalho, até as formas de avaliação de desempenho, horários de trabalho, procedimentos didáticos-pedagógicos admissão e administração das carreiras docentes, condições de remuneração, entre outras. (OLIVEIRA; VIEIRA, 2012, p. 157).

Está assegurada na Lei do Piso Nacional, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, em seu artigo 2º parágrafo 4º que “na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos”, (BRASIL, 2008, s/p). Além disso, estabelece um valor próprio que serve como base salarial do educando, sendo reajustado anualmente. Em contrapartida, esse profissional citado na Lei é especificado como profissional da educação pública. Mas e o

profissional da educação particular, que tem a mesma formação deve ter as mesmas funções que as dos professores da educação pública?

O professor de uma maneira geral é muito desvalorizado, por vários motivos, mas o professor da escola particular fica muito a margem, como se fosse outra classe de trabalhadores. Percebe-se através das falas das professoras, exceto de uma, a falta de respeito com o trabalho docente visando às condições de trabalho a que essas professoras são sujeitadas. Seus salários são muito baixos se comparados ao que está previsto na Lei, e até mesmo ao salário mínimo.

O professor precisa ser valorizado, afinal são esses profissionais que fazem com que a educação escolar aconteça. Essa educação reflete na construção de cada cidadão, mas para que esse profissional seja cada vez mais qualificado e não se torne escasso deve-se oferecer-lhe condições de trabalho melhores, como uma melhor remuneração e uma jornada de trabalho que não extrapole as horas remuneradas e, conseqüentemente, o bem estar do professor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições de trabalho docente eram ainda mais precárias do que as atuais, “as políticas educacionais concebidas e implementadas nas últimas décadas trouxeram mudanças significativas para o trabalho dos docentes, redefinindo seu espaço de formação e atuação, conteúdo, saberes, forma de contratação e condições de trabalho” (MACÊDO; NETO, 2013, p. 153). Todavia ainda há muito a ser conquistado, principalmente no âmbito da instituição educacional privada.

Como não há uma legislação específica, como um Plano de Carreira, Cargos e Salário para o professor da escola particular, essa categoria docente deveria ser também amparada pela Lei do Piso Nacional, ainda que essa priorize o ensino público, na medida em que ela regulamenta as disposições constitucionais para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Nessa direção, os professores cujas atividades laborais são desenvolvidas em escolas privadas devem se unir e lutar pelas mesmas garantias conquistadas pelo professor da educação pública, na busca de uma lei que atenda a esses profissionais, a fim de estender a Lei do Piso Nacional também para os educadores da rede particular. A categoria precisa, junto a seu sindicato, fortalecer-se e definir pautas de reivindicações que contemplem essas

demandas. Dessa forma, a valorização desse profissional poderá ocorrer no sentido de melhores garantias relativas a salário, jornada de trabalho e aprimoramento profissional.

Com essa pesquisa pode-se identificar que há escolas particulares que oferecem melhores condições de trabalho para seus profissionais, enquanto outras não; mas essa deve ser a realidade de todas as escolas, uma vez que estamos falando de apenas uma classe de trabalhadores, assim não deve haver diferenciações em relação à valorização dessa categoria. Já são tantos os obstáculos enfrentados pelo docente dentro da sala de aula e as instituições de ensino ainda não oferecem condições favoráveis para realização das atividades docentes, porém exige bons resultados desses mesmos professores.

Têm-se tantas reclamações em relação à qualidade da educação do Brasil focando essa precarização apenas na classe econômica do aluno, sendo que muitas escolas, tanto públicas como particulares, não dão boas condições de trabalho para os educadores conseguirem realizar um trabalho de melhor qualidade. Esse profissional precisa de uma melhor remuneração, tempo adequado para realização de todas as suas atividades docentes, ser assistido com acompanhamento pedagógico e formação continuada, pois essas são as condições indispensáveis para se ter um trabalho de qualidade.

O professor, assim como qualquer outro trabalhador, tem seus deveres, mas também tem seus direitos garantidos por lei. Nesse sentido, não somente os deveres devem ser cumpridos, mas também os seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF, 1996.

_____. Legislação citada anexada pela coordenação de estudos legislativos – CEDI. O presidente da república. Piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.**

BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves. **A remuneração dos profissionais da educação e os desafios atuais.** In: OLIVEIRA, D. A; VIEIRA, L. F (Org.). Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MACÊDO, Valcinete Pepino de. NETO, Antônio Cabral. **Condições de trabalho docente: ângulos da situação em escolas da rede municipal de Natal.** In: Trabalho docente: desafios no cotidiano da educação básica. 1 ed. –Campinas SP: Mercado de letras: Natal, RN: URFN, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros.** In: _____. (Org.). Trabalho na educação básica: a condição em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012. p. 153-190.